

publicidade na advocacia

↳ o exercício da advocacia é incompatível com qualquer procedimento de mercantilização.

A publicidade desenfreada é vedada pelos princípios da discrição, moderação, informação e exclusividade.

art. 44 CED → limites éticos

O anúncio do profissional ou da sociedade de advogados deve mencionar, obrigatoriamente, o nome e número da OAB, sendo PERMITIDO fazer referências a títulos ou qualificações profissionais, especializações técnico-científicas e instituições jurídicas de que faça parte.

↳ proibido inclusão de fotos pessoais ou de terceiros nos cartões de visita de advogados.

A divulgação de endereço, dos meios de comunicação é permitida, entretanto veda-se a veiculação de anúncios nos meios de comunicação de massa, bem como a denominação fantasia típica das sociedades mercantis.

↳ É proibido fazer referência a valores dos serviços, menções a tabelas, gratuidade ou forma de pagamento, referências a cargos, como ex-juíz, ex-Promotor, ex-Delegado, etc. e também a utilização de outdoor ou algo equivalente, por exemplo, anúncio em muros, lojas, etc.

↳ regras pl sites na internet são a mesma coisa e também pl perfis nas redes sociais.

Afronta o princípio da pessoalidade do Código de Ética as consultas através da internet mediante pagamento online, sem existir o primeiro contato pessoal e reservado com o advogado.

↳ proibição de fornecimento de dados de contato, como endereço e telefone em colunas de jornais, artigos publicados na imprensa ou internet, bem como em eventual participação em programas de rádio ou televisão, permitindo-se, apenas e tão somente, a referência a e-mail.

art. 40 CED → os meios de publicidade profissional

deverem ser comparáveis com a descrição e sobriedade, tendo caráter meramente informativo e não podendo configurar captação de clientela ou mercantilização da advocacia.

O advogado que eventualmente participar de programa de televisão ou rádio, ou qualquer outro meio de reportagem televisada e manifestação profissional, deve visar a objetivos meramente ilustrativos, educacionais e instrutivos, sem o propósito de promoção pessoal ou profissional, vedados pronunciamentos sobre métodos de trabalho usados por seus colegas de profissão, de acordo com o art. 43 CED.